

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Processo de Qualificação da Vitela Assada à Moda de Fafe: estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho: elaboração de um caderno de referenciais relativo à Vitela Assada à

Moda de Fafe

**79410000-1 Serviço de Consultadoria em Matéria Comercial
e de Gestão**

ÍNDICE - PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª	3
Objeto	3
Cláusula 2.ª	3
Preço Base	3
Cláusula 3.ª	3
Contrato	3
Cláusula 4.ª	4
Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato	4
Cláusula 5.ª	4
Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 6.ª	4
Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 7.ª	5
Preço contratual	5
Cláusula 8.ª	5
Condições de pagamento	5
Cláusula 9.ª	6
Penalidades contratuais	6
Cláusula 10.ª	6
Casos fortuitos ou de força maior	6
Cláusula 11.ª	7
Modificações do contrato	7
Cláusula 11.ª	7
Resolução por parte da entidade adjudicante	7
Cláusula 12.ª	7
Resolução por parte do prestador de serviços	7
Cláusula 13.ª	8
Seguros	8
Cláusula 14.ª	8
Foro competente	8
Cláusula 15.ª	8
Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 16.ª	8
Contagem dos prazos	8
Cláusula 17.ª	8
Legislação aplicável	8
PARTE II- Requisitos Gerais e Especificações Técnicas	9-10

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Secção I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços do Processo de Qualificação da Vitela Assada à Moda de Fafe: estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho: elaboração de um caderno de referenciais relativo à Vitela Assada à Moda de Fafe**, cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Preço Base

O preço base do presente procedimento é de **20.000,00€** (vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do preço contratual e correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e nos termos da lista de artigos apresentada na plataforma.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

O contrato mantém-se em vigor desde a data de assinatura e até 31 de dezembro de 2020, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no regulamento geral da proteção de dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação de serviços em causa, nos termos do previsto na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
3. As faturas em causa devem conter os elementos previsto no art.º artigo 299.º-B, do Código dos Contratos Públicos, mencionando, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação bem como o número de compromisso (requisição externa da despesa), e deverão ser emitidas em nome do Município de Fafe.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de abril, até ao dia 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes podem utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no artigo 299.º-B do Códigos dos Contratos Públicos, ou seja, diferentes dos mecanismos de faturação eletrónica.
O referido prazo é alargado até ao dia 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas e até ao dia 31 de dezembro de 2021 para as micro empresas e para as entidades públicas enquanto entidades contratantes.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de **transferência bancária.**
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Fafe pode exigir do prestador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos

seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços ou periodicidade de execução das tarefas objeto do contrato, até 5% do valor de adjudicação por cada dia de atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador, o Município de Fafe pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor de adjudicação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Fafe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Fafe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Fafe exija uma indemnização pelos danos causados, bem como por quaisquer coimas ou outras sanções pecuniárias que lhe venham a ser aplicadas em virtude de incumprimentos do Prestador de Serviços.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula 10.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
 6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª

Modificações do contrato

O Município de Fafe poderá modificar unilateralmente o presente contrato, tendo por fundamento uma decisão/orientação do Estado, em face da pandemia do COVID-19.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, **quando haja atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a quatro dias.**
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 14.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas

“Aquisição de Serviços

Processo de Qualificação da Vitela Assada à Moda de Fafe: estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho: elaboração de um caderno de referenciais relativo à Vitela Assada à Moda de Fafe.”

1ª ENQUADRAMENTO

1.O projeto “Minho Região Europeia da Gastronomia”, aprovado pelo Norte 2020, visa intervir nos domínios do setor agroalimentar e da gastronomia, que se revelam fundamentais para a promoção de inovação e da afirmação das apostas de especialização inteligente no território do Minho (NUTS III Minho, Cávado e Ave, num total de 24 concelhos), apresentando como objetivo geral a “dinamização de um conjunto diversificado de iniciativas tendo em vista a valorização económica do Minho enquanto região gastronómica de excelência”.

2.No âmbito deste projeto, a Ação 1 – Qualificação & Valorização da “Gastronomia do Minho visa valorizar o potencial de desenvolvimento de uma base de atividades associada ao sector agroalimentar e à gastronomia, nomeadamente através da qualificação, inovação e capacitação em domínios chave dos principais recursos e/ou vocações produtivas territoriais envolvendo a identificação e seleção de um conjunto de recursos/produtos e lançamentos dos trabalhos de base preparatórios tendo em vista a sua valorização, promoção e qualificação.

3. Na sequência desta atividade, afigura-se de todo o interesse, (i) estruturar um caderno de referenciais para a seleção e caracterização dos principais produtos do Minho e gastronomia tradicional, tendo em vista a respetiva catalogação dos principais produtos, a estruturação e montagem da estratégia de promoção comercial, bem como do sistema de acompanhamento e monitorização do processo, (ii) a implementação de ações de capacitação do sector, no sentido de produzir um upgrade ao nível da definição e apresentação de menus, da apresentação dos pratos e vinhos, etc.

2ª OBJETO

1. O objeto deste concurso diz respeito aos trabalhos de consultoria, apoio e acompanhamento técnico especializado para a estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho, em concreto

da Vitela Assada à Moda de Fafe, através da elaboração de um caderno de referenciais e da conceção e implementação de ações de capacitação, de qualificação e inovação do sector da restauração da área e da respetiva confraria.

a. Com a elaboração do caderno de referenciais, no caso concreto, da Vitela Assada à Moda de Fafe, pretende-se avançar para a qualificação, através da valorização deste produto local/tradicional, cuja produção e/ou transformação tem vindo a ser promovida para que seja um produto emblemático da gastronomia do território.

b. A valorização do produto ou gastronomia tradicional será concretizada considerando nomeadamente os seguintes critérios:

- (i) potencial económico atual e futuro;
- (ii) transversalidade do produto;
- (iii) genuinidade do produto e/ ou processos de transformação;
- (iv) impacto económico e turístico para a região.

c) A elaboração do caderno de especificações deve respeitar as exigências com vista à qualificação ou qualificação para o mercado;

d) A estratégia do sistema de acompanhamento e monitorização do processo, bem como da estratégia de promoção comercial, deve ser contemplado num relatório final.

2. Com a implementação das ações de capacitação pretende-se essencialmente desenvolver formas de valorizar os produtos endógenos agrícolas e agroalimentares, no contexto da restauração (empresários e colaboradores) e da confraria. Neste sentido, as tarefas a realizar são:

a) Realização de quatro workshops, com a duração de três horas, dirigidos a empresários/colaboradores do setor da restauração, no sentido de produzir um upgrade, ao nível da definição e apresentação de menus, da apresentação dos produtos e vinhos;

b) Realização de quatro workshops, com a duração de três horas, dirigido às confrarias, entidades que organizam eventos e concursos gastronómicos de produtos locais, produtores agroalimentares, técnicos da restauração, no sentido de desenvolver competências ao nível da avaliação sensorial de produtos alimentares, explorando os aspetos mais relevantes da organização de uma prova sensorial,

c) Realização de duas ações de capacitação/workshops, com a duração de duas horas, sobre Inovação, Investigação & Desenvolvimento sobre o produto ou gastronomia tradicional

3. Todas as tarefas a realizar devem ser previamente discutidas e validadas com os interlocutores a designar pelo Município de Fafe;

4. Os custos de organização e logística geral associados à realização das atividades deverão ser suportados inteiramente pela entidade adjudicatária, incluindo, designadamente, viagens e alojamento, refeições, almoços e registo de som e imagem.

5. A divulgação e promoção nos meios de comunicação social associados a estas iniciativas serão suportadas inteiramente pela entidade adjudicatária.

6. A elaboração do presente trabalho dará origem aos seguintes produtos e serviços:

a) Caderno de referencial do produto Vitela Assada à Moda de Fafe para candidatura a qualificação;

b) Relatório sobre o trabalho desenvolvido com vista à qualificação Vitela Assada à Moda de Fafe sobre o qual incidiu o processo de qualificação ou qualificação para o mercado e o seu resultado final;

c) Relatório preliminar e relatório final com a estratégia do sistema de acompanhamento e monitorização do processo, bem como da estratégia de promoção comercial;

d) Realização de workshops cujo output final deverá ser, nomeadamente:

(i) a execução de uma carta de vinhos que reflita os conhecimentos apreendidos no workshop acerca das características dos vinhos regionais, designadamente castas, modos de produção, tipologias de vinhos, produtores locais, etc.;

(ii) a execução de menus gastronómicos, que valorizem os produtos regionais de qualidade, as tradições do receituário (em particular o produto ou gastronomia tradicional do município em causa);

(iii) sistematização dos procedimentos a seguir numa prova sensorial, e os diferentes tipos de fichas de prova sensorial utilizadas em concursos gastronómicos e de produtos locais, (iv) sistematização dos processo de Inovação, Investigação & Desenvolvimento sobre o produto ou gastronomia tradicional.

3ª PRAZO DE EXECUÇÃO

O Adjudicatário obriga-se a concluir a execução do projeto, com todos os elementos referidos, até 31 de dezembro de 2020.

4ª ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

1. Para o acompanhamento da execução dos trabalhos, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade adequada, reuniões de coordenação com os representantes do município de Fafe;
2. O Adjudicatário fica também obrigado a apresentar ao município de Fafe, no final de cada fase do trabalho, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
3. No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em fase de execução dos trabalhos.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem conter os logotipos que o município de Fafe entenda por conveniente.
5. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja da parte do município de Fafe conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes previamente à entrega do trabalho.

5ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o município de Fafe deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base do presente procedimento é de 20.000,00€ (vinte mil euros), correspondendo ao preço máximo que o município de Fafe se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

4.O preço a que se refere o n.º 3 é pago nos termos constantes na cláusula seguinte.

6ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo município de Fafe nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Fafe das respetivas faturas ou documento equivalente, de acordo com seguinte plano de pagamentos:

a) Entrega da Metodologia geral dos trabalhos e subsequente aceitação por parte do município de Fafe: 10 % do valor de adjudicação;

b) Apresentação e validação da proposta de produto sobre o qual incide o processo de qualificação e subsequente aceitação por parte do município de Fafe: 20 % do valor de adjudicação;

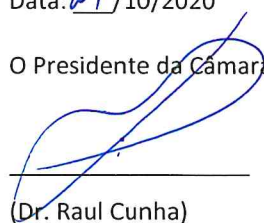
c) Conclusão dos workshops e subsequente aceitação por parte do município de Fafe: 30 % do valor de adjudicação;

d) Entrega do Relatório Final com a estratégia do sistema de acompanhamento e monitorização do processo, bem como da estratégia de promoção comercial e subsequente aceitação por parte do município de Fafe: 20 % do valor de adjudicação;

e) Entrega do Caderno de Especificações e respetivo Relatório Final e subsequente aceitação por parte do município de Fafe: 20% do valor de adjudicação.

Data: 21/10/2020

O Presidente da Câmara



(Dr. Raul Cunha)

